

TRABALHANDO COM A MCC:

UMA VISÃO GLOBAL DAS ETAPAS E PROCESSOS

O processo para se desenvolver uma proposta para financiamento da MCA é intensivo e rigoroso, e provavelmente exigirá meses de trabalho árduo e em colaboração. Os pontos seguintes resumem o que se espera quando o país desenvolve uma proposta de Acordo e solicita o financiamento da MCA.

I. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E AVALIAÇÃO PRELIMINAR

A MCC dará orientação aos países elegíveis sobre o processo consultivo e de elaboração do Acordo, para que possam começar a identificar seus principais obstáculos à redução da pobreza e ao crescimento económico sustentável. Os primeiros passos que o país terá que empreender são:

(i) Identificar um ponto de contacto (PdC), a tempo inteiro, para liderar o processo de elaboração do programa do país e gerir as relações com a MCC no dia-a-dia.

(ii) Criar um Núcleo de Coordenação (chefiado pelo PdC) com competência para gerir o processo MCA, que goze de alto nível de comprometimento político e que tenha o acesso a dirigentes de alto escalão que lhe permita tomar decisões rapidamente e manter-se activamente engajado no processo. Os países que criam núcleos com pessoal trabalhando em tempo integral e dedicam recursos financeiros e administrativos ao processo MCA têm completado suas propostas e avançado para a negociação do Acordo a passo mais rápido.

(iii) Levar a cabo um processo consultivo oportuno, participativo e significativo junto à sociedade civil, organizações não-governamentais e o sector privado no país, de forma a identificar os principais obstáculos ao crescimento económico e à redução da pobreza, e determinar actividades prioritárias para transpor esses constrangimentos. O processo de consulta deve ter continuidade enquanto o país desenvolve a proposta do Acordo e ao longo da fase de implementação.

Com base nos resultados do processo consultivo, o país irá apresentar a sua proposta de Acordo à MCC, descrevendo um programa de actividades a serem financiadas pela MCA. A MCC designará uma Equipe de Transacção para o país (ET), composta por pessoal competente e especialistas técnicos da MCC, que dará orientações e “feedback” sobre os objectivos, métodos de avaliação e exigências da MCC.

Uma vez submetida a proposta do país, a Equipe de Transacção fará uma avaliação preliminar da proposta e, caso seja necessário, trabalhará com o país na revisão e edição final da mesma. Sempre que for apropriado, a Equipe de Transacção enviará um **Memorando de Oportunidade** ao Comité de Investimentos (CI) da MCC, descrevendo o programa proposto e solicitando recursos para a realização de investigação e avaliação completa das actividades propostas.

II. PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E AVERIGUAÇÃO

Uma vez liberados os recursos para a investigação e averiguação, a Equipe de Transacção irá realizar uma análise detalhada da proposta do país. A investigação e averiguação enfocará, *inter alia*, a estratégia proposta para o país crescer

económicamente e reduzir sua pobreza; o processo consultivo; quaisquer planos de reformas políticas; como será medido o progresso; a responsabilização fiscal; a monitoria e avaliação; a coordenação dos doadores; e as salvaguardas ambientais e sociais (incluindo género, transmigração, povos aborígenes, etc.). Para cada componente da proposta, o processo de investigação e averiguação irá analisar a viabilidade técnica, económica e ambiental, assim com as questões da implementação e da sustentabilidade.

Quando a Equipe de Transacção julgar ter informações e compreensão suficientes a respeito do programa MCC daquele país para justificar o início da negociação do Acordo, enviará um **Memorando de Consulta** ao Comité de Investimento (CI), recomendando que tenha início o período de 15 dias de consultas exigido pelo Congresso dos Estados Unidos. (A legislação que rege o funcionamento da MCC exige um período de 15 dias de consultas com o Congresso, antes que se possa iniciar a negociação de um Acordo.)

III. NEGOCIAÇÃO DO ACORDO

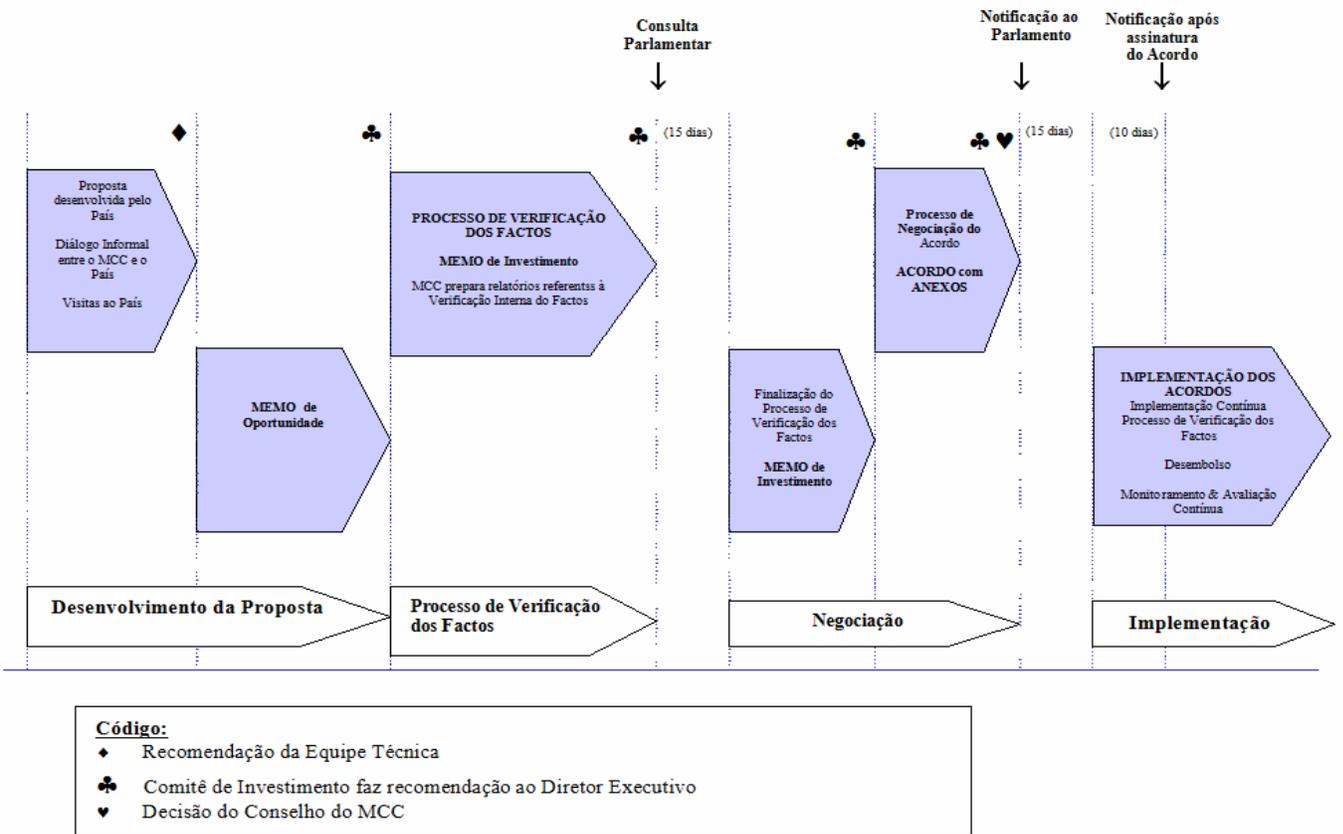
Depois do período de consultas com o Congresso, a Equipe de Transacção irá concluir o processo de investigação e averiguação, negociar os termos do Acordo com o país e submeter ao Comité de Investimentos um **Memorando de Investimento** descrevendo os termos propostos, fornecendo uma análise do programa e apresentando recomendações para a finalização do texto do Acordo e posterior encaminhamento ao Conselho de Administração da MCC. Uma vez concertado o texto com o país, o Acordo será formalmente submetido ao Conselho da MCC para aprovação.

IV. APROVAÇÃO PELO CONSELHO, ASSINATURA E IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO

Uma vez obtida a aprovação do Conselho da MCC, a MCC notificará o Congresso dessa aprovação pelo menos 15 dias antes da data marcada para a assinatura do Acordo.

Firmado o Acordo, a Equipe de Transacção e o país firmarão documentos complementares para permitir sua entrada em vigor e dar início ao desembolso de verbas. Quando o Acordo entra em vigor, suas verbas são cativadas e pode-se iniciar a implementação do programa MCA no país, sujeito ainda à satisfação de quaisquer condições pendentes para o desembolso dos fundos.

A ilustração abaixo mostra as várias fases do processo de desenvolvimento do Acordo.



Memorando de Oportunidade: Este documento descreve o programa proposto à MCC pelo país, inclui uma avaliação inicial sobre suas possibilidades de êxito e se reflete fielmente os princípios básicos da MCC (redução da pobreza, crescimento, processo consultivo, resultados mensuráveis, etc). O Memorando de Oportunidade recomenda à Comissão de Investimento da MCC que aplique seus recursos na verificação completa e detalhada dos factos relativos aos componentes propostos.

Verificação dos Factos: Focalizará, *inter alia*, a estratégia do país para o crescimento económico e a redução da pobreza; o processo consultivo; planos de reforma de políticas; o que se espera alcançar com o programa; como se medirá o progresso; os méritos e riscos de cada um de seus componentes; a responsabilidade fiscal; a monitorização e avaliação; a coordenação dos doadores; os beneficiários, sua desagregação, quando praticável, por faixa de rendimento, género e idade; e as salvaguardas ambientais e sociais (incluindo género, reassentamento, povos indígenas, etc).

Memorando de Consulta: O Memorando de Consulta recomenda que a Comissão de Investimento inicie consultas com o Congresso. Este período de 15 dias de consultas antecedendo o início das negociações entre a MCC e um país postulante é exigido pela legislação que rege a Corporação Desafio do Milénio (MCC).